

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel

O MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO PRELIMINAR)

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:
Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Sub-Coordenador:
Hilbert David de Oliveira Sousa

Pesquisadoras bolsistas:
Agnes Martha da Silva
Ana Cristina Porto Fabres
Franciely Costa Braga
Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, Maio de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTO HISTÓRICO, DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO	13
2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO.....	17
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL.....	23
4. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO	26
5. MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO	27
6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS	28
7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS.....	29
8. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL	33
8.1. Rendimentos médios nominais	33
8.2. Rendimentos médios por setores	33
8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos.....	34
8.4. Faixas de rendimento das movimentações	36
CONCLUSÕES.....	39
NOTA METODOLÓGICA	42

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar as principais características do mercado formal de trabalho do município de Pelotas/RS, focalizando sua análise em aspectos estruturais e conjunturais. Com isso, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as transformações do trabalho em nível local, criando-se condições para estimular o debate público sobre esse tema e qualificar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Nas sociedades modernas e contemporâneas, o trabalho e o emprego são atividades importantes não só para garantir o acesso a um rendimento econômico que assegure a subsistência material das pessoas e de seus grupos familiares, mas também para assegurar um conjunto de direitos, proteções e reconhecimento social. Nesse sentido, o trabalho está diretamente relacionado à cidadania, ao pertencimento a uma comunidade política. Portanto, o bem estar material e psicológico, a segurança, o pertencimento e a identidade social, a participação na vida coletiva e no espaço público são dimensões que estão em jogo quando se trata de pensar a importância do trabalho. O “trabalho decente”, nestes termos, torna-se uma preocupação em escala global, cada vez mais assumida por agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho.

Ao mesmo tempo, nessa mesma perspectiva, a preocupação com a sustentabilidade ambiental torna-se igualmente hegemônica, o equilíbrio e o respeito na relação com a natureza assumindo uma importância crucial na definição das estratégias de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, portanto, em consideração à centralidade que se dá à relação com o meio ambiente, torna também central a preocupação com os “empregos verdes”.

Por isso tudo, o poder público, em todas as suas instâncias, tem uma importante responsabilidade no sentido de assegurar o acesso das pessoas a esses direitos, proteções e bem estar. A investigação e a análise dos mercados locais de trabalho tornam-se, pois, importantes ferramentas de monitoramento das condições de vida dos cidadãos e de reflexão, avaliação, planejamento e implementação de ações de responsabilidade do Estado em todos os seus níveis.

É por essa razão que o Observatório Social do Trabalho, projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e integrante da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb), está apresentando o presente Relatório.

Trata-se de uma iniciativa que surgiu a partir de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) e a Universidade Federal de Pelotas em novembro de 2015,

através do qual procura-se assegurar, através do apoio a Observatórios do Trabalho¹, um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, além de buscar ampliar o diálogo com gestores e a qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Espera-se que essa experiência dê os frutos esperados e sirva de estímulo para uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos no projeto.

Pelotas, maio de 2017.

Coordenação e Equipe Técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPEl)

¹ O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem passando por profundas transformações nas últimas décadas. Nos anos de 1970 e 1980 do século passado, em um contexto de crise capitalista de abrangência mundial, as grandes empresas realizaram profundas mudanças em suas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Um novo paradigma produtivo foi sendo gestado, colocando em xeque os princípios fordistas vigentes até então, bem como as modalidades de regulação típicas do Estado de bem estar social e de suas políticas públicas. Nesse processo, uma revolução tecnológica em curso promoveu uma incorporação cada vez maior das novas tecnologias de informação e comunicação aos processos de produção e de trabalho.

Todo esse processo de reestruturação produtiva, de incorporação de novas tecnologias e de mudanças nas formas de regulação do Estado provocaram impactos devastadores sobre o mercado de trabalho. Por um lado, ocupações, profissões e setores inteiros da economia foram eliminados ou passaram por mudanças profundas, modificando-se o perfil dos trabalhadores requisitados, bem como de suas qualificações e competências. Processos de enxugamento das empresas e de flexibilização dos processos produtivos resultaram também em uma crescente flexibilização do trabalho e das relações de trabalho, afetando as formas de contratação dos trabalhadores. As terceirizações e subcontratações, bem como a ideia de uma nova cultura do trabalho, baseada na autonomia e no empreendedorismo, também passaram a estar fortemente presentes nesse cenário profundamente renovado.

Por outro lado, o crescimento do desemprego, de tipo estrutural, passou a pautar o debate sobre as transformações do mundo do trabalho e sobre as políticas públicas. Alguns autores chegaram a anunciar o fim do trabalho e a necessidade de repactuar as formas de proteção social, já que, historicamente, elas sempre estiveram alicerçadas no emprego formal como mecanismo fundamental de pertencimento e de acesso a direitos. O fato é que a insegurança e a precariedade decorrentes das transformações do mundo do trabalho passaram a fazer parte, igualmente, do debate público. A tensão entre a necessidade de mais flexibilidade para as empresas, face à concorrência acirrada no mercado internacional, e de mais segurança para os trabalhadores, dada a precariedade social crescente, passou a balizar os conflitos políticos e as lutas sociais durante esse período.

No Brasil, o quadro não foi muito diferente, a não ser pelo fato de termos herdado do longo período de expansão industrial e capitalista, entre 1930 e 1980, um elevado grau de precariedade estrutural do trabalho, marcado, sobretudo, por empregos de baixa qualidade, por baixo nível de proteção social e por elevada informalidade. A expansão do emprego assalariado protegido, base da

proteção social e trabalhista na Europa e nos países mais desenvolvidos, ocorreu de forma limitada no Brasil, convivendo-se, aqui, com as formas de trabalho autônomas, individualizadas e informais.

Também no Brasil, o processo de reestruturação produtiva, sobretudo nos anos de 1990, provocou impactos profundos e duradouros sobre o mercado de trabalho, ocasionando a elevação do desemprego e da informalidade. Também nesse período, lançaram-se as bases de sustentação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, consolidando-se os fundos públicos destinados ao financiamento dessas políticas. Apesar disso, essas políticas careciam e carecem, ainda hoje, de melhor estruturação e articulação entre si, colocando enormes desafios para o Estado e seus gestores.

Nos anos 2000, a conjuntura econômica do país começou a se modificar consideravelmente, com evidentes sinais de recuperação e crescimento da economia, sobretudo a partir da segunda metade da década. Um cenário virtuoso começa a se desenhar nesse período no que diz respeito ao mercado de trabalho, combinando crescimento econômico, expansão do emprego formal protegido e redução do desemprego e da informalidade. Esse cenário se prolonga até 2014, quando sinais de crise econômica retornam e os principais indicadores de mercado de trabalho voltam a piorar. A redução do emprego protegido e o crescimento do desemprego voltam ao cenário e passam a desafiar novamente as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Portanto, o presente relatório pretende contribuir para a compreensão e monitoramento detalhado desse cenário atual de crise do mercado de trabalho. Sua abordagem, de natureza essencialmente conjuntural e focada na evolução recente do mercado formal de emprego (mas com uma contextualização das transformações estruturais), ancora-se em um conjunto de princípios teóricos e conceituais a seguir explicitados.

O mercado de trabalho apresenta-se, inicialmente, como um espaço social de trocas entre ofertantes e demandantes de força de trabalho. Mas não se trata de um espaço entre sujeitos puramente iguais, mantendo relações totalmente livres. Trata-se de um espaço fortemente estruturado social, econômica, política e culturalmente. Nestes termos, o mercado de trabalho deve ser sociologicamente analisado como um espaço condicionado por outras dimensões da vida social, pelas regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas consolidadas no passado, pelas relações, conflitos e lutas entre seus atores e pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente a prática desses atores.

Esse conjunto de dimensões não são facilmente apreensíveis e analisáveis quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se pretende, neste relatório, é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. No entanto, é

preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado, permitindo captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social. Esses indicadores, portanto, devem ser lidos, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações e, em segundo lugar, como um conjunto de indícios que permitam reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, eles, os indicadores, não falam por si mesmos, necessitando de quadros teóricos de referência a partir dos quais se levanta e interpreta os dados disponíveis. Este relatório não pretende limitar nem o número e abrangência de indicadores, nem os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. Neste sentido, pretende-se apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, base possível para um diálogo entre os atores sociais envolvidos. Mas, quais seriam as dimensões significativas a serem consideradas em uma análise inicial dos mercados locais de trabalho?

Sendo o mercado de trabalho um espaço social de troca entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, estima-se que seja necessário caracterizar, inicialmente, a estrutura da demanda, isto é, as características das empresas, estabelecimentos e setores da atividade econômica. Se, historicamente, a dinâmica de acumulação capitalista levou a formação de grandes empresas, bem como à redução da participação do trabalho agrícola, à expansão e depois recuo das atividades industriais, ao forte crescimento dos serviços, essa dinâmica nunca se mostrou homogênea em escala internacional, nacional ou regional, nela convivendo pequenos e grandes estabelecimentos, com processos de industrialização/desindustrialização mais ou menos diferenciados. Trata-se, pois, de mapear essa estrutura econômica, identificando a dinâmica de geração/perda de empregos no âmbito dessa estrutura diferenciada e heterogênea.

Sendo, ainda, o mercado de trabalho um espaço de relações sociais mediadas por um conjunto de regras e normas cristalizadas nos direitos, proteções e instâncias de negociação, torna-se relevante caracterizar essas relações pela natureza dos vínculos estabelecidos, por sua dinâmica de admissão e desligamento, bem como pelas condições de duração dos contratos e de remuneração dos trabalhadores. Essas características dão um quadro bastante nítido da natureza das relações de trabalho no mercado de trabalho.

Finalmente, sendo o mercado de trabalho um espaço de produção de relações sociais, isto é, de relações que não são apenas estritamente econômicas, orientadas apenas segundo o intuito de maximização dos interesses individuais e/ou empresariais, mas fundamentadas em crenças, valores e sentimentos, presume-se que elas possam se constituir em um importante vetor de produção e reprodução de desigualdades sociais, de tal forma que diferentes grupos e categorias apresentem acesso diferencial aos recursos distribuídos nesse mercado, tais como rendimentos ou outros

benefícios específicos. Nesse sentido, os indicadores analisados permitem traçar não apenas um perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas os níveis de desigualdades nele observáveis, de tal forma que se possa diagnosticar a existência de grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Tais grupos podem se constituir em públicos alvos específicos de políticas públicas.

O presente relatório, portanto, pretende identificar qual tem sido a dinâmica recente e conjuntural de criação/destruição de empregos formais, dado o cenário de crise pelo qual passa a economia brasileira, atualmente, na tentativa de caracterizar essa dinâmica de movimentação dos vínculos formais em termos setoriais, traçando um perfil desses vínculos movimentados. Para tanto, apresenta-se, inicialmente, uma contextualização histórica, econômica e demográfica, bem como uma contextualização do próprio mercado local de trabalho, a fim de que se possa ter parâmetros mais adequados para interpretar os dados da dinâmica conjuntural recente do emprego formal.

Metodologicamente, este Relatório baseia-se nas bases de dados do Ministério do Trabalho (MTb), sobretudo no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), outra base do Ministério do Trabalho, bem como os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados sobre contas regionais, publicados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado de Rio Grande do Sul em conjunto com o IBGE, também serão amplamente utilizados, principalmente na contextualização da economia e do mercado de trabalho local.

As bases do Ministério do Trabalho são fontes administrativas de informações prestadas pelos estabelecimentos e restringem-se ao âmbito do emprego formal e registrado. A RAIS é uma base de dados anual que traz uma caracterização completa do estoque total de empregos formais celetistas e estatutários. Já o CAGED é uma base de dados mensal que permite captar a movimentação (admitidos e desligados) de vínculos formais celetistas, não abrangendo o emprego público estatutário. Em ambas as bases, é possível traçar um perfil completo dos vínculos em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como níveis de remuneração. Através dessas bases é possível dimensionar a dinâmica do emprego formal, identificando o crescimento ou redução da criação de postos de trabalho, bem como suas características setoriais, ocupacionais, de natureza dos vínculos, tipos de movimentação, remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações dessas fontes, essas fontes administrativas (MTb) não permitem captar as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal, não registrado, nem tampouco dimensionar o desemprego ou desocupação. Trata-se de uma limitação do sistema estatístico brasileiro que permite

captar essas variáveis de mercado de trabalho em nível municipal apenas nos censos demográficos. As pesquisas domiciliares anuais ou trimestrais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como a PNAD e PNAD contínua, que captam as dimensões acima referidas, o fazem apenas nos níveis agregados do país, das grandes regiões, dos estados, das regiões metropolitanas e das capitais, não sendo possível a desagregação em nível municipal devido ao tamanho e características das amostras domiciliares. Por isso, os dados conjunturais deste relatório estarão focados na caracterização do emprego formal.

O presente Relatório está dividido em oito seções. Nas duas primeiras seções, apresenta-se uma contextualização histórica, demográfica e econômica (seção 1) da cidade de Pelotas, bem como de seu mercado de trabalho (seção 2), identificando-se suas principais características estruturais nos últimos quinze anos. A seguir, das seções 3 a 8, apresenta-se uma caracterização da conjuntura do emprego no município, tomando como referência os dados do CAGED referentes à movimentação do emprego formal celetista no ano de 2016. Apresenta-se dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos) totais, mensais e setoriais e estoques totais e setoriais (seções 3, 4 e 5), ocupações mais movimentadas (seção 6), perfil dos vínculos movimentados em termos de sexo, idade e grau de instrução (seção 7), bem como dados sobre rendimentos das movimentações (seção 8).

1. CONTEXTO HISTÓRICO, DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO

A fundação de Pelotas remonta ao final do século XVIII, quando, às margens do arroio Pelotas, foram fundadas as primeiras charqueadas gaúchas. Oficialmente, a data de fundação da então Freguesia de São Francisco de Paula ocorreu em 07 de julho de 1812, elevando-se à categoria de Vila em 07 de abril de 1832. O nome de Pelotas, atribuído alguns anos depois, originou-se das embarcações de varas de corticeira, forradas em couro, utilizadas para a travessia dos rios no período das charqueadas (IBGE, cidades).

Desde então, Pelotas projetou-se na economia regional, tornando-se, na segunda metade do século XIX, o principal polo da economia gaúcha, tendo em vista a importância assumida pela economia das charqueadas. Com a crise do setor, no final do século XIX, a economia local entrou em declínio, não acompanhando, ao longo do século XX, o ritmo de crescimento da economia nacional e estadual. Mesmo assim, Pelotas manteve sua condição de importante polo regional, marcado pela forte presença dos serviços e de atividades industriais ligadas ao setor primário, as agroindústrias, destacando-se, nesse caso, o setor conserveiro e o setor de beneficiamento do arroz, com forte presença até hoje na economia local.

Essa perda de posição na economia regional ao longo do século XX agravou-se nos anos de 1980, quando a economia brasileira como um todo entra em crise, e nos anos de 1990, quando são promovidas as reformas liberais e as políticas de abertura comercial. O impacto dessas mudanças sobre a economia local foi desastroso, provocando um cenário social marcado pelo desemprego, informalidade e pobreza elevados.

É nos anos 2000, com a retomada do crescimento da economia brasileira, que a economia local começa a apresentar sinais de recuperação, observando-se não apenas o crescimento econômico e a implantação de grandes projetos e investimentos na região, mas também a melhoria dos indicadores sociais e dos indicadores de mercado de trabalho. Trata-se de um período de crescimento da ocupação e do emprego formal e de redução do desemprego e da informalidade.

Esse cenário positivo, porém, dura até 2014, quando uma nova conjuntura de crise econômica se abate sobre o conjunto da economia brasileira, impactando negativamente o mercado de trabalho. É nesse cenário recente de crise que se situa a recente conjuntura do emprego formal. Antes de apresentá-la mais detalhadamente, porém, seguem-se uma caracterização da população, da economia e do contexto estrutural do mercado local de trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Pelotas, situado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, à margem da Laguna dos Patos, possui uma

área territorial de 1.610,084 Km². De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, o município contava com uma população total de 328.275 habitantes, 93,3% da qual vivia em zonas urbanas. As populações rural e urbana eram de 22.082 e de 306.193 habitantes, respectivamente, naquele ano. Ainda segundo o IBGE, a população estimada do município, para 2016, era de 343.651 habitantes.

Quando se analisa a composição da população de Pelotas quanto à cor ou raça, conforme o censo demográfico de 2010, constata-se que 80,3% da população era formada por pessoas que se declararam brancas, enquanto que 10,7% se declararam pretas, 8,6% pardas, 0,3% amarelas e 0,1% indígenas.



Segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o Produto Interno Bruto do município de Pelotas era de 6,657 bilhões de reais², em 2014, e o PIB per capita de R\$ 19.464,00. No Estado do Rio Grande do Sul, Pelotas ocupava a 10^a posição no ranking do PIB e a 360^a posição no ranking do PIB per capita.

Em 2014, o PIB de Pelotas correspondia a 1,86% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul e o PIB per capita representava apenas 61% do PIB per capita do Estado, que era de R\$ 31.927,00. O PIB per capita de Pelotas também estava abaixo da média brasileira, que era de R\$ 28.500,00 naquele mesmo ano, representando 68,3% do PIB per capita nacional.

Analisando-se a evolução recente dos indicadores acima apresentados, observa-se que houve uma melhora dos mesmos se comparados com aqueles relativos ao ano de 2010. A participação do PIB municipal no PIB Estadual cresceu nesse período, considerando-se que a mesma era de 1,75% naquele ano.

² Mais precisamente, R\$ 6.657.759.394,00.

Apesar de a participação do PIB per capita municipal de Pelotas seguir significativamente inferior, quando comparado aos mesmos indicadores do Estado e do país, em 2014, também observa-se uma melhoria desses indicadores já que, significava 54,6% do PIB per capita Estadual e 65,3% do PIB per capita do país.

Ainda segundo a FEE/RS, as atividades econômicas do município estavam fortemente concentradas no setor de serviços, este representando 76,5% do PIB municipal, em 2014. Vale salientar que, dentro do setor de serviços, a administração pública, isoladamente, representava 18,5% do total do PIB de Pelotas. Indústria e agropecuária representavam, respectivamente, 11,9% e 2,9% da economia do município naquele ano. Finalmente, os impostos tinham uma participação de 8,7% no PIB municipal³.

Analisando-se a evolução recente da estrutura setorial, no período de 2010 a 2014, observa-se que houve um aumento da participação dos serviços e da agropecuária no PIB municipal e uma diminuição da participação da indústria, da administração pública e dos impostos. Deste modo, a participação setorial, em 2010, era a seguinte: Agropecuária, 2,6%; Indústria, 13,7%; Serviços, 73,9%; Administração Pública, 18,8%; e Impostos, 9,8%.

³ Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) total, a participação setorial é a seguinte: agropecuária, 3,2%; indústria, 13%; serviços, 83,8%; administração pública, 20,2%. Vale registrar que, para o conjunto do Estado do Rio Grande do Sul, essa participação, em 2014, era a seguinte: agropecuária, 9,3%; indústria, 23,4%; serviços, 67,3%; administração pública, 14,1%.

2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO

A década de 2000 foi um período de transformações significativas no mercado de trabalho local e regional, tendo em vista o crescimento da economia brasileira no período, sobretudo na segunda metade da década. Depois de um período de forte desestruturação do mercado de trabalho ao longo dos anos de 1990, assiste-se a um cenário inverso, de despreciação e melhoria dos principais indicadores de mercado de trabalho.

Segundo dados dos censos demográficos do IBGE, ao longo da década, conforme a Tabela 1, a população ocupada teve um crescimento de 18,8%, portanto acima do crescimento da população residente (1,6%) e da população economicamente ativa (6,3%). O emprego com carteira de trabalho assinada cresceu ainda mais, a uma taxa de 35,4%, ao passo que o emprego sem carteira de trabalho cresceu apenas 7,9%, bem abaixo do crescimento do conjunto da ocupação.

Tabela 1 - Indicadores demográficos e de mercado de trabalho, Pelotas, 2000 e 2010.

Indicadores	2000	2010	Var.Abs.	Var.Rel. (em %)	Var. Anual (em %)
População Total	323.034	328.275	5.241	1,6	0,16
População em Idade Ativa	270.427	288.984	18.557	6,9	0,67
População Economicamente Ativa	152.095	161.707	9.612	6,3	0,61
População Ocupada	125.768	149.472	23.704	18,8	1,74
Empregados c/carteira*	49.561	67.087	17.526	35,4	3,07
Empregados s/carteira	21.629	23.330	1.701	7,9	0,76
Ocupados s/ contribuição prev.	50.025	50.247	222	0,4	0,04
População Desocupada	26.327	12.236	-14.091	-53,5	-7,38
Pop. Não Economicamente Ativa	118.332	127.277	8.945	7,6	0,73
Taxa de Atividade (em %)	56,2	56,0	-0,3	-0,5	-
Taxa de Desocupação (em %)	17,3	7,6	-9,7	-56,3	-
Taxa de Informalidade** (em %)	39,8	33,6	-6,2	-15,5	-
Taxa de Vulnerabilidade*** (em %)	50,2	38,6	-11,6	-23,0	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

* Incluídos os trabalhadores domésticos e excluídos os militares e funcionários públicos estatutários.

** Percentual dos ocupados que não contribuem para a previdência social em relação ao total da população ocupada.

*** Soma dos ocupados que não contribuem para a previdência social com os desocupados, dividido pela população economicamente ativa e multiplicado por cem.

Desta forma, durante essa década, observa-se a uma forte redução do desemprego. A população desocupada (conforme nomenclatura adotada pelo IBGE) que era de 26.327 pessoas, em

2000, foi reduzida para 12.236 pessoas, em 2010, de modo que a taxa de desocupação foi fortemente reduzida e despencou de 17,3% para 7,6% nessa década⁴.

No entanto, apesar das taxas de informalidade⁵ terem-se reduzido no período, passando de 39,8%, em 2000, para 33,6%, em 2010, elas continuavam elevadas, revelando, ainda, um alto nível de precariedade no mercado de trabalho. Em 2010, eram mais de 50 mil pessoas inseridas em ocupações sem contribuição previdenciária, excluídas, portanto, do acesso aos direitos e proteções sociais e trabalhistas. Somando-se essas pessoas em situação de informalidade com aquelas desempregadas, chegava-se a um total de 62.482 pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho - com risco de fragilização de sua condição social - o que correspondia a 38,6% da população economicamente ativa do município, em 2010.

A leitura de outros indicadores permite identificar mais precisamente as características do mercado local de trabalho. Ainda conforme a Tabela 1, Pelotas contava, em 2010, com uma população economicamente ativa de 161.707 pessoas e as mulheres representavam 46,4% desse contingente. A taxa total de participação na população ativa era de 56%, sendo de 64,7% para os homens e de 48,4% para as mulheres. A população inativa economicamente era de 127.277 pessoas, as mulheres representando 62,9% desse total.

Ainda segundo o IBGE, a população ocupada do município de Pelotas era de 149.472 pessoas, em 2010, das quais 45,5% eram mulheres. Do total de ocupados, 67,6%, isto é, 101.116 pessoas eram empregados assalariados, seja no setor privado (52,5%), seja no setor público (7,2%)⁶, seja, ainda, trabalhando como empregados domésticos (8,0%)⁷. Cabe ressaltar que um expressivo número de empregados (23.330) não possuía sua carteira de trabalho assinada, o que representa 15,6% do total dos ocupados de Pelotas e 23,1% do total dos assalariados. Em contrapartida, 67.087 empregados tinham sua carteira de trabalho assinada, o que corresponde a 44,9% do total dos ocupados e 66,3% do total dos assalariados.

⁴ Em 2010, essas taxas eram de 5,6% entre os homens e de 9,8% entre as mulheres. Apesar de serem minoria entre os ocupados, as mulheres somavam 60,1% dos desocupados. Essas taxas de desocupação também eram particularmente elevadas entre os menores de idade (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 29 anos), de 26,3% e 13,3%, respectivamente. Já entre as pessoas adultas e idosas, essas taxas caíam sensivelmente, sendo de 6,3% (30 a 39 anos), 4,1% (40 a 49 anos), 2,9% (50 a 59 anos), 2,5% (60 a 69 anos) e de 1,9% (70 anos ou mais).

⁵ A taxa de informalidade é calculada dividindo-se o número de ocupados sem nenhuma contribuição previdenciária pelo número total de ocupados e multiplicando-se esse valor por cem.

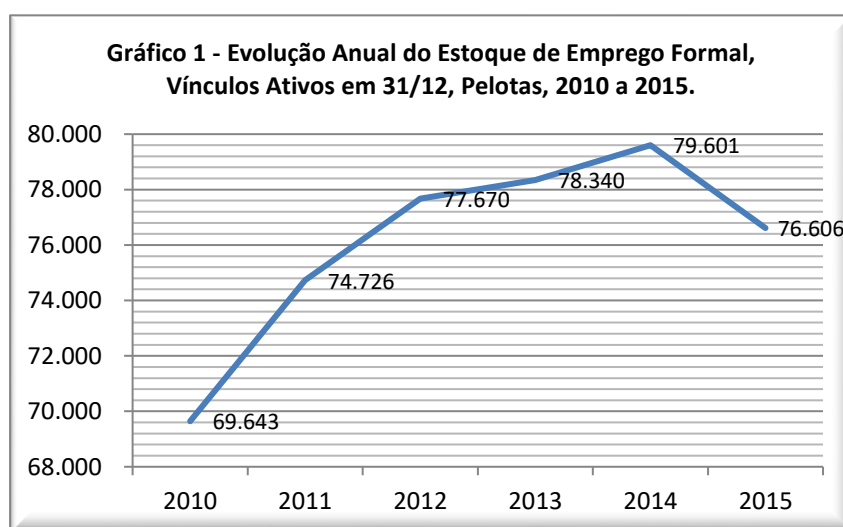
⁶ Segundo o censo demográfico de 2010, o número total de empregados formais, do setor privado e do setor público, excluindo-se os trabalhadores domésticos desse cálculo, era de 72.229 pessoas, 48,3% do total dos ocupados. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fonte administrativa de dados sobre mercado de trabalho baseada na declaração dos estabelecimentos ao Ministério do Trabalho (MTb), o estoque total de empregos formais em 31 de dezembro de 2010 era de 69.643 vínculos.

⁷ A taxa de informalidade entre os trabalhadores domésticos é bastante elevada, 53,4% dos quais não tinham a carteira de trabalho assinada, segundo o censo de 2010.

Havia também uma importante participação de outras categorias de trabalhadores ocupados como os trabalhadores por conta própria (26,4% do total dos ocupados)⁸, os empregadores (2,6% do total dos ocupados), os trabalhadores não remunerados em ajuda a membros do domicílio (1,8% do total dos ocupados) e os trabalhadores na produção para o próprio consumo (1,5% do total dos ocupados).

Quanto à estrutura setorial de distribuição dos ocupados, analisando-se os dados do censo demográfico de 2010, constata-se que Serviços (49,3%) e Comércio (20,5%) concentravam quase 70% da população ocupada. As atividades primárias eram responsáveis por 8,6% dos ocupados, a indústria por 8,2% e a construção por 7,4%.⁹

Em relação à evolução do emprego formal no período recente, conforme dados da RAIS/MTb, mostrados no Gráfico 1, constata-se que o estoque total de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano passou de 69.643 vínculos, em 2010, para 79.601, em 2014, o que representou um crescimento de 14,3% desse estoque¹⁰. Em 2015, último ano disponível da RAIS, esse estoque caiu para 76.606 vínculos, ocorrendo uma perda de 2.995 vínculos, com uma taxa de variação de -3,8%.



Fonte: RAIS, MTb.

Essa tendência geral de crescimento até 2014 e queda do emprego em 2015 não se observa em todos os setores da atividade econômica. Ela ocorre, de fato, nos dois setores responsáveis pelo maior volume de empregos no mercado de trabalho local: serviços e comércio. Conforme os Gráficos 2, 3 e 4, que identificam as tendências da curva do emprego na indústria, comércio e

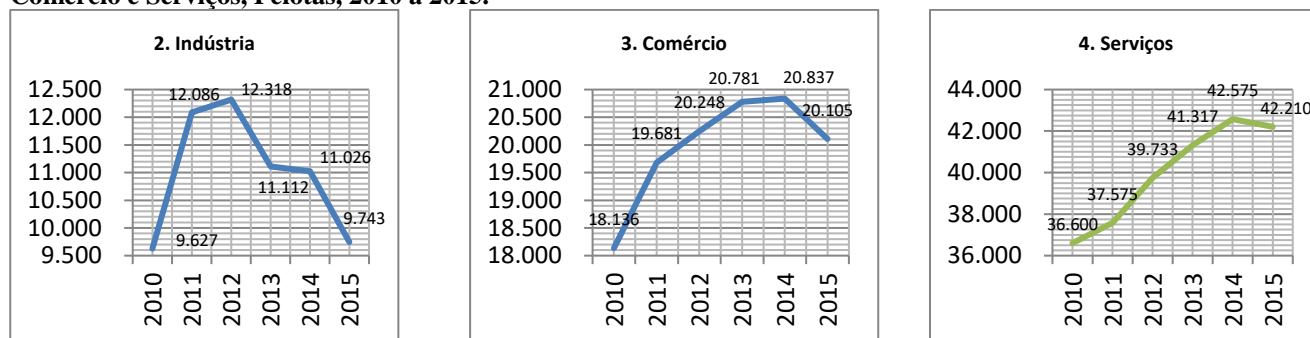
⁸⁸⁸ A taxa de informalidade entre os trabalhadores por conta própria também é bastante elevada, 62,5% dos quais não contribuem para a previdência social, segundo o censo de 2010.

⁹ Contabiliza-se, ainda, 6,0% de ocupados em atividades mal especificadas.

¹⁰ Nesse período, de 2010 a 2014, o Valor Adicionado Bruto (VAB) total do Rio Grande do Sul cresceu 9,8%. Vale salientar, no entanto, que 2014 já é um ano de desempenho negativo da economia gaúcha, o PIB tendo uma redução de 0,3%.

serviços, constata-se que serviços e comércio apresentam a mesma tendência, com pequenas variações entre esses dois setores. Enquanto que no setor de serviços o crescimento do emprego no período 2013-2014 é mais acentuado e a queda em 2014-2015 mais suave, no comércio, ao contrário, o crescimento do emprego é mais suave em 2013-2014 e a queda mais acentuada em 2014-2015. Por outro lado, observa-se uma forte diferença entre esses dois setores e a indústria. Nesta, observa-se tendência de queda dos níveis de emprego já em 2013, essa queda sendo amena em 2014, mas igualmente prolongando-se até 2015. De fato, o setor industrial já vinha mostrando sinais da crise que se avizinhava, o que repercutiu nos demais setores apenas mais tarde. Na construção civil, perdas de empregos formais já são observadas em 2012, repetindo-se em 2013, mas com recuperação em 2014 e novas perdas em 2015. Trata-se, este, também de um setor sensível, com oscilações significativas, que anuncia a tendência de crise.

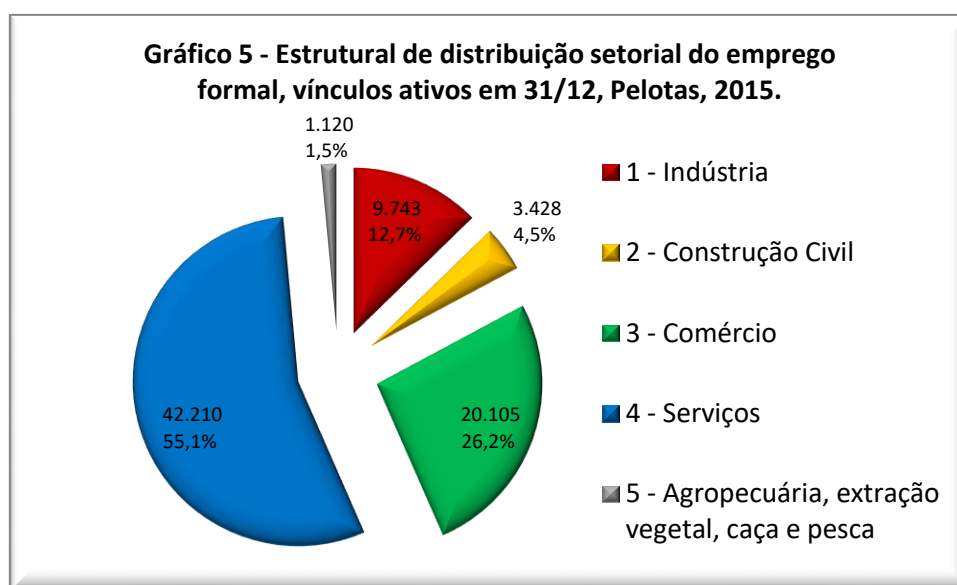
Gráficos 2, 3 e 4 – Evolução Anual do Estoque de Emprego Formal, Vínculos Ativos em 31/12, Indústria, Comércio e Serviços, Pelotas, 2010 a 2015.



Da perda total de empregos formais em 2015, de 2.995 vínculos, a indústria é responsável por 41,5%, isto é, por 1.283 vínculos perdidos. Outros 1.292 vínculos já haviam sido eliminados em 2013 e 2014, o que significa que de 2013 a 2015, a indústria acumulou uma perda total de 2.575 vínculos em 31/12. A agropecuária também apresentou perdas de emprego formal em 2013 e 2014, mas de apenas 157 vínculos, por se tratar de um setor que tem uma participação pequena na estrutura do emprego formal do município. Em 2015, esse setor foi o único que apresentou saldo positivo, de 93 vínculos, contribuindo para reduzir as perdas generalizadas daquele ano.

A exceção da agropecuária, que teve saldo positivo em 2015, os setores de comércio, construção civil e serviços também contribuíram significativamente para alimentar o saldo negativo daquele ano, além do destacado papel da indústria, registrado acima. Depois desta, o setor que mais contribuiu para o desempenho negativo do emprego naquele ano foi o comércio, com um saldo negativo de 732 vínculos. A construção civil teve um saldo negativo de 708 vínculos e os serviços de -365 vínculos.

Em 2015, considerado o estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro e sua distribuição segundo os setores da atividade econômica, conforme o Gráfico 5, observa-se que serviços (55,1%) e comércio (26,2%) concentram a grande maioria dos vínculos formais, 81,3%. O setor de serviços inclui a administração pública que é responsável por 11,8% dos empregos formais. A indústria é responsável por 12,7% do estoque de empregos, incluindo-se, neste caso, a indústria de transformação (10,4%), os serviços industriais de utilidade pública (2,3%) e a indústria extrativa (0,1%). A construção civil abrangia 4,5% dos vínculos e, finalmente, a agropecuária e demais atividades primárias representam apenas 1,5% do estoque total de empregos formais.



Fonte: RAIS Vínculo, MTb.

Quanto à distribuição do número de estabelecimentos e do número de vínculos segundo o tamanho dos estabelecimentos, observa-se, conforme a Tabela 2, que 6.950 estabelecimentos, que possuem até 49 vínculos representam 97,5% dos estabelecimentos e respondem por 50,3% do total do estoque de vínculos, segundo a RAIS 2015. Dentre estes, os estabelecimentos com 1 a 4 vínculos, isoladamente, representam 64,1% dos estabelecimentos e respondem por 11,2% do total de vínculos ativos.

Os estabelecimentos com 50 ou mais vínculos representam apenas 2,5% do total de estabelecimentos, mas respondem por 49,7% do total de vínculos ativos. Dentre os maiores estabelecimentos, aqueles que apresentam 1.000 vínculos ou mais representam apenas 0,1% dos estabelecimentos e são responsáveis por 20,4% do total de vínculos ativos. Esses dados revelam, portanto, uma estrutura bastante fragmentada, com uma presença elevada de pequenos estabelecimentos tanto em quantidade como em número de vínculos.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e número de vínculos ativos em 31 de dezembro, participação relativa e acumulada, segundo as faixas de tamanho dos estabelecimentos, Pelotas, 2015.

Tamanho Estabelecimento	Nº Estabelecimentos			Nº Vínculos		
	Nº	%	% ac.	Nº	%	% ac.
De 1 a 4	4.571	64,1	64,1	8.555	11,2	11,2
De 5 a 9	1.251	17,6	81,7	8.130	10,6	21,8
De 10 a 19	714	10,0	91,7	9.603	12,5	34,3
De 20 a 49	414	5,8	97,5	12.217	15,9	50,3
De 50 a 99	105	1,5	99,0	6.992	9,1	59,4
De 100 a 249	48	0,7	99,7	6.962	9,1	68,5
De 250 a 499	13	0,2	99,8	4.479	5,8	74,3
De 500 a 999	6	0,1	99,9	4.028	5,3	79,6
1000 ou Mais	5	0,1	100,0	15.640	20,4	100,0
Total	7.127	100,0	-	76.606	100,0	-

Fonte: RAIS Estabelecimento, MTb.

Quanto ao perfil dos empregados por sexo, conforme o Tabela 3, constata-se que os homens são a maioria dos empregados, com 53,7% de participação, as mulheres representando os demais 46,3%. A participação feminina no trabalho assalariado no município de Pelotas equipara-se à do estado do Rio Grande do Sul, que também é de 46,3%, e supera a participação das mulheres no estoque total de vínculos do Brasil, que é de 43,7%.

Tabela 2 – Perfil dos Vínculos Ativos em 31/12, segundo o sexo, Pelotas, RS, 2015.

Sexo	Participação (%)
Homens	53,7
Mulheres	46,3
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculo, MTb.

Quanto à faixa etária, conforme a Tabela 3, observa-se que a categoria de idade mais numerosa é a dos adultos de 30 a 49 anos de idade, que representam 50,7% do total de vínculos. A categorias de jovens de 18 a 29 anos de idade é a segunda mais importante, representando 27,2% do total de vínculos. Os adultos de 50 a 64 anos de idade também apresentam uma significativa presença no mercado formal de emprego, com 19,5% de participação. Os menores de idade e as pessoas de 65 anos ou mais têm uma participação pouco significativa no mercado formal de emprego, de 1,0% e 1,6%, respectivamente.

Tabela 3 - Perfil dos vínculos ativos de emprego em 31 de dezembro, segundo faixa etária, Pelotas, 2015.

Faixa Etária	Participação (%)
10 a 17 anos	1,0
18 a 29 anos	27,2
30 a 49 anos	50,7
50 a 64 anos	19,5
65 anos ou mais	1,6
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Em relação à escolaridade, conforme a Tabela 4, observa-se a expressiva participação, no emprego formal, das pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, representando 46% do total de vínculos ativos. Os empregados com nível superior completo também têm uma presença marcante, representando 21,4% do total de vínculos. Os empregados com ensino fundamental completo e médio incompleto representam 19,5% dos vínculos ativos. Os empregados com ensino fundamental incompleto têm uma menor participação no conjunto dos vínculos, representando 13,1% do total. As duas categorias de menor escolaridade, somadas, representam 32,6% dos vínculos, contra 67,4% das duas categorias de maior escolaridade.

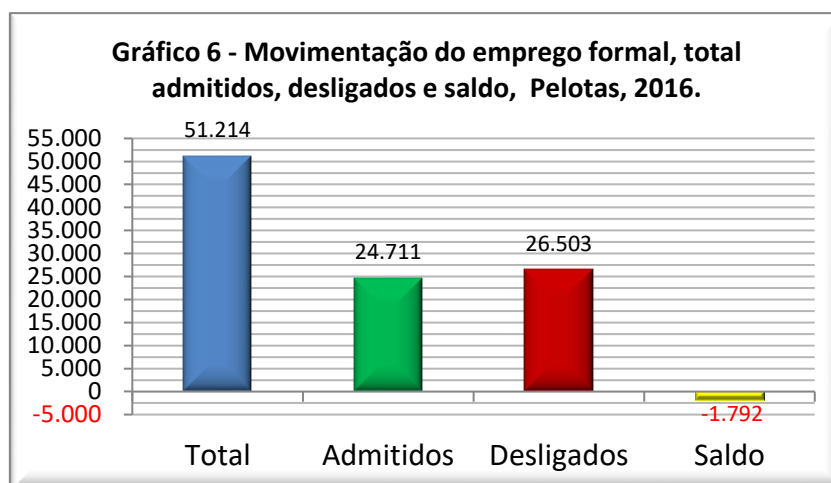
Tabela 4 - Perfil dos vínculos ativos de emprego em 31 de dezembro, segundo escolaridade, Pelotas, 2015.

Escolaridade	Participação (%)
Fundamental incompleto	13,1
Fundamental completo e médio incompleto	19,5
Médio completo e superior incompleto	46,0
Superior completo	21,4
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

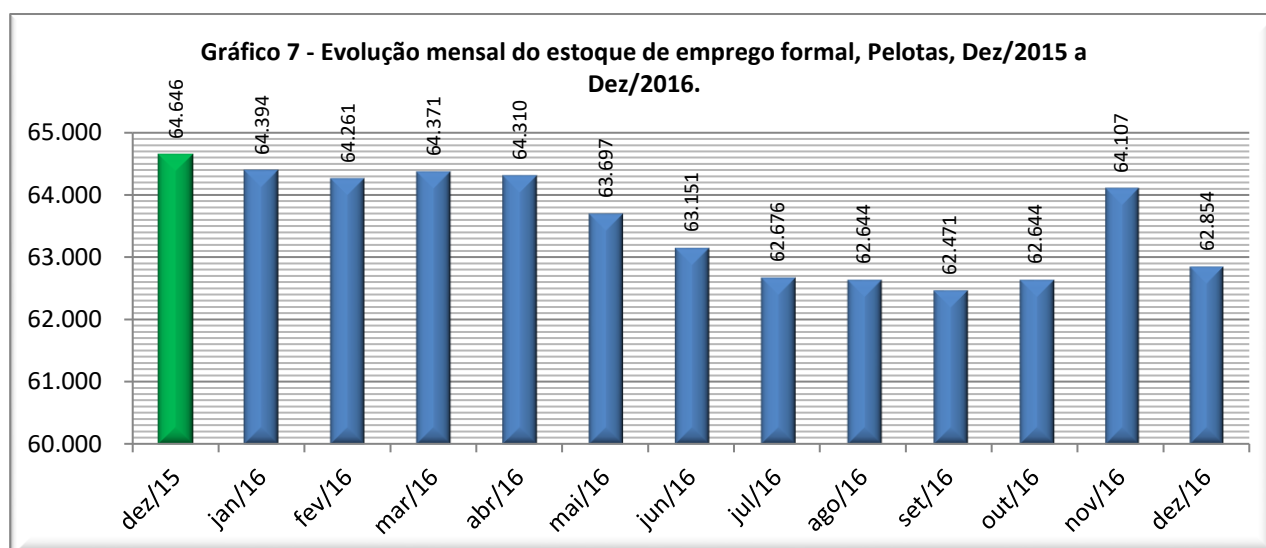
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), em 2016, ocorreram, em Pelotas, 51.214 movimentações, sendo 24.711 admissões e 26.503 desligamentos, o que resultou em um saldo negativo de 1.792 vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 6.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A variação negativa no saldo do emprego formal, em 2016, fez com que o estoque total caísse de 64.646 vínculos, em dezembro de 2015, para 62.854, em dezembro de 2016, conforme o Gráfico 7. A taxa de variação do estoque total de vínculos formais celetistas foi de -2,77%.



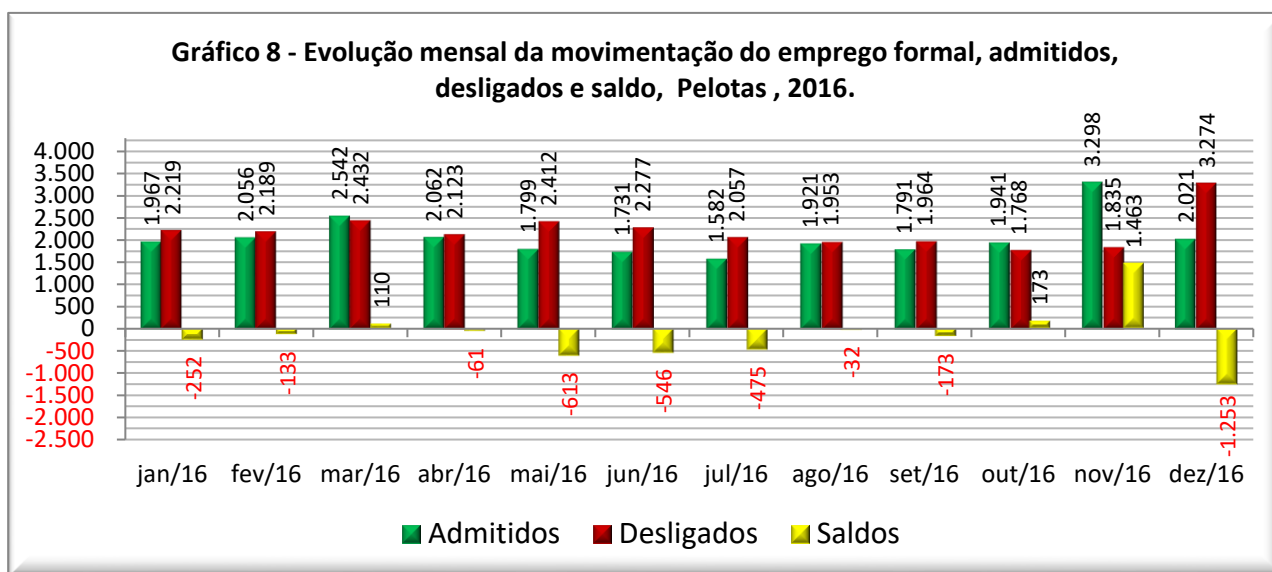
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Através do Gráfico 7, observa-se também que os estoques se mantêm estáveis nos primeiros quatro meses do ano, acentuando-se sua redução no período de maio até outubro de 2016. Em novembro, devido à demanda sazonal de trabalhadores na indústria de alimentação, o estoque sobe novamente, voltando a cair em dezembro, quando voltam a ocorrer desligamentos nesse mesmo setor.

Analisando-se o volume de movimentações em relação ao estoque total de empregos em 31 de dezembro de 2016, constata-se que o total dessas movimentações (admissões + desligamentos) corresponde a 81,3% do estoque. Já os volumes totais de admissões e desligamentos, considerados

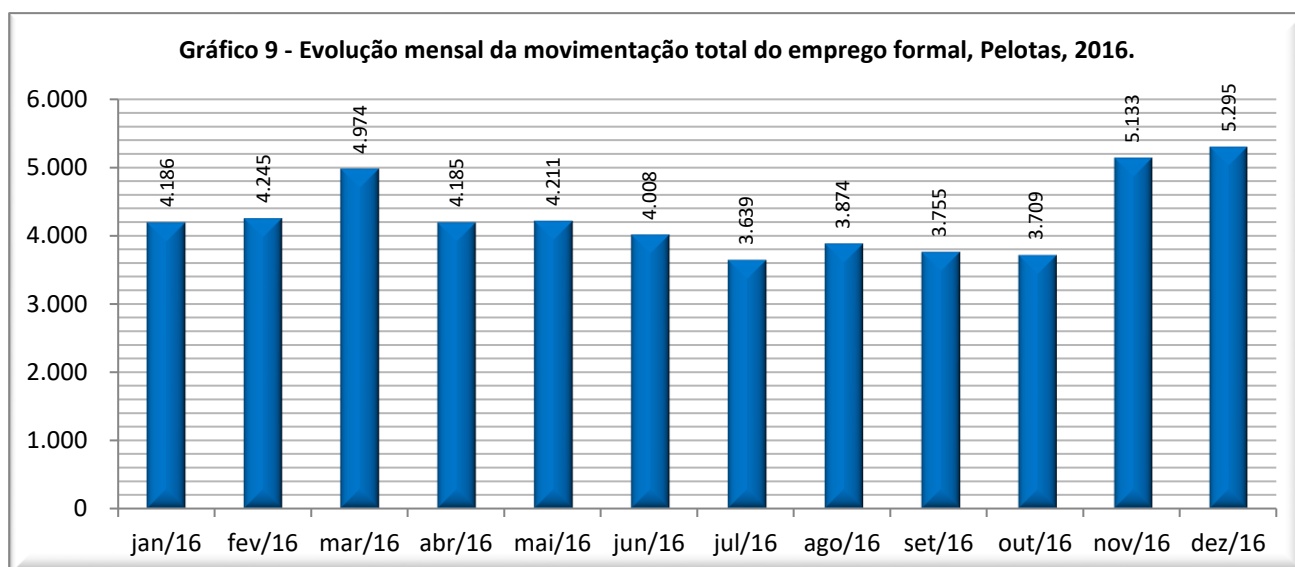
separadamente, correspondem a 39,3% e 42,1%, respectivamente, desse mesmo estoque total. Tratam-se de níveis bastante elevados de movimentação dos vínculos formais de emprego.

Em relação às movimentações mensais dos vínculos formais de emprego, os dados do Gráfico 8, abaixo, revelam que saldos negativos são observados na maioria dos meses do ano de 2016, destacando-se o desempenho negativo nos meses de dezembro (-1.253), bem como nos meses de maio (-613), junho (-546) e julho (-475). Em apenas três meses do ano, março (+110 vínculos), outubro (+173 vínculos) e novembro (+1.463 vínculos), observa-se saldos positivos na movimentação do emprego formal.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

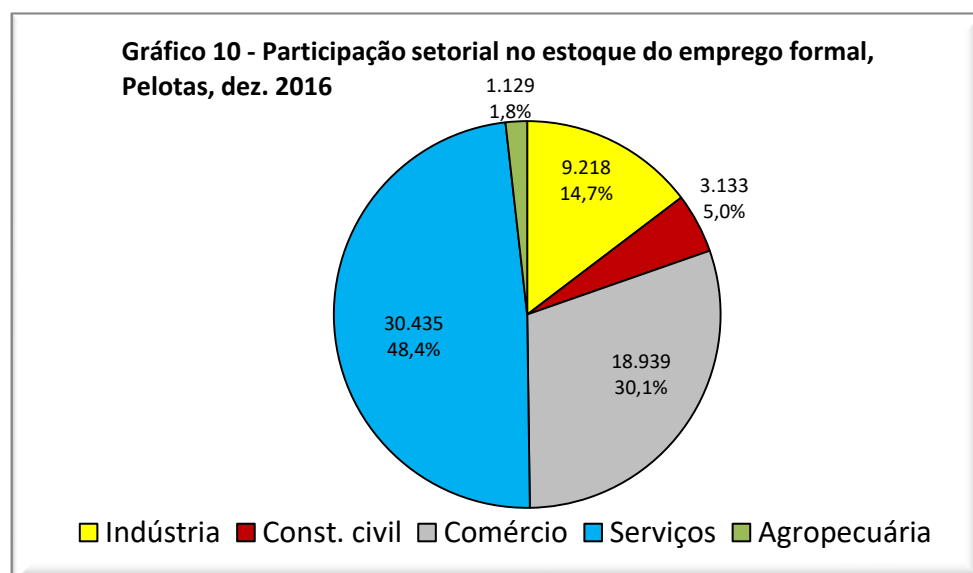
Observa-se, igualmente, conforme o Gráfico 9, que o volume total de movimentações é maior nos meses de março, novembro e dezembro, o que está relacionado à sazonalidade de algumas atividades industriais do município. O volume de movimentações é mais baixo nos demais meses do ano, destacando-se o mês de julho como aquele que apresenta o menor volume total de movimentações.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

4. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO

Ainda segundo o CAGED/MTb, do estoque total do emprego formal celetista (62.854 vínculos), em dezembro de 2016, 30.435 vínculos (48,4%) estão no setor de serviços, 18.939 (30,1%) no comércio, 9.218 (14,7%) na indústria, 3.133 (5,0%) na construção civil e 1.129 (1,8%) na agropecuária. Abaixo, no Gráfico 10, pode-se visualizar a participação dos grandes setores da atividade econômica (IBGE) no estoque total do emprego formal no município de Pelotas.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

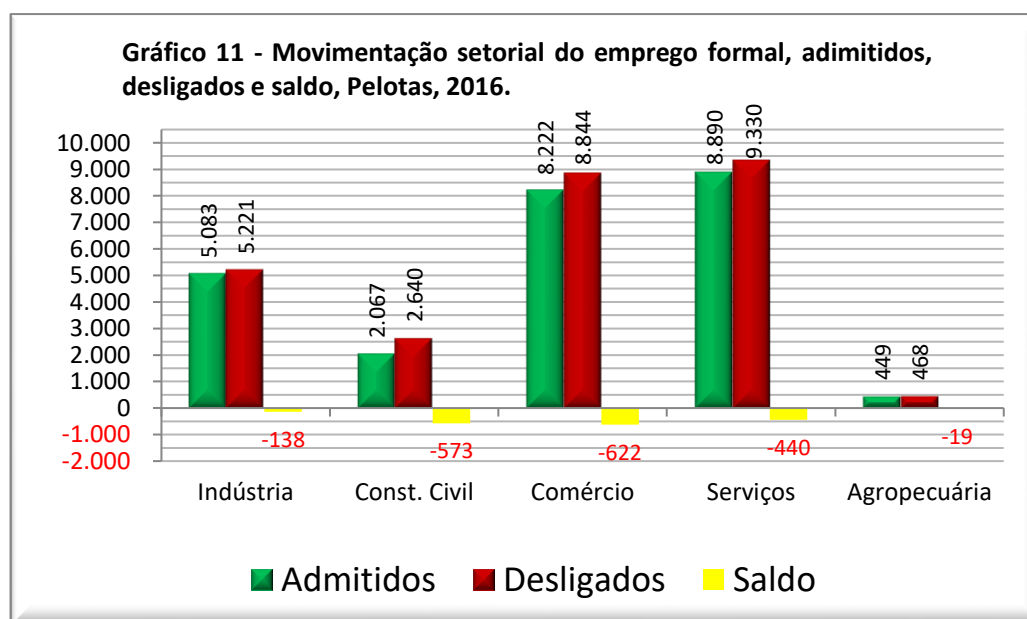
5. MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

Em relação à movimentação do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 11, percebe-se que o maior volume de admitidos e desligados, no ano de 2016, está localizado nos setores de serviços e comércio, respectivamente. Estes dois setores, juntos, representam 68,9% do volume total das movimentações ao longo do ano. No entanto, é importante afirmar que, também juntos, constituem 78,5% do estoque total de empregos formais celetistas.

No setor de serviços observa-se 8.890 admitidos e 9.330 desligados no ano de 2016, resultando no saldo de -440 vínculos, o terceiro maior saldo negativo do ano dentre o conjunto dos setores. Os serviços respondem por 35,6% das movimentações e por 48,4% do estoque de empregos, o que revela uma participação na movimentação abaixo da participação no estoque.

No comércio, observa-se 8.222 admitidos e 8.844 desligados, com saldo de -622, o saldo negativo mais elevado do ano. O comércio responde por 33,3% das movimentações e por 30,1% do estoque de empregos. Ou seja, trata-se de um setor no qual a participação nas movimentações é maior que a participação no estoque.

O segundo saldo negativo mais elevado foi o da construção civil, de -573 vínculos, resultado de 2.067 admissões e 2.640 desligamentos. A construção civil responde por 9,2% das movimentações e por 5% do estoque, isto é, a participação nas movimentações é maior que a participação no estoque.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A indústria e a agropecuária também apresentaram saldos negativos, de -138 e -19 vínculos, respectivamente. A indústria apresenta o terceiro maior volume de movimentações no ano de 2016,

com 5.083 admissões e 5.221 desligamentos. A agropecuária apresentou 449 admissões e 468 desligamentos, respondendo por 1,8% tanto na movimentação como no estoque. Já a indústria responde por 20,1% das movimentações e por 14,7% do estoque. Assim, como comércio e construção civil, sua participação nas movimentações é maior que sua participação no estoque.

6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS

Do total das 24.711 admissões observadas no município de Pelotas, no ano de 2016, 17.487 (70,8%) ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de admitidos, conforme o Quadro 1. Analisando-se as ocupações, verifica-se que a de Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados correspondeu a 15,8% do total de admitidos, seguida da ocupação de Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos (6,7%) e da ocupação de Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações (5,2%).

Quadro 1 – Vinte ocupações com maior número de admissões, Pelotas, 2016.

CBO 2002 Família	Admitidos	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	3.899	15,8
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	1.667	6,7
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	1.296	5,2
Alimentadores de Linhas de Produção	1.190	4,8
Ajudantes de Obras Cíveis	1.088	4,4
Operadores na Fabricação de Paes, Massas e Doces	1.025	4,1
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	979	4,0
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommiers.	882	3,6
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	739	3,0
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	709	2,9
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	687	2,8
Porteiros, Guardas e Vigias.	565	2,3
Almoxarifes e Armazenistas	492	2,0
Recepcionistas	424	1,7
Cozinheiros	353	1,4
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	349	1,4
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	335	1,4
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	299	1,2
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	271	1,1
Trabalhadores Auxiliares nos Serviços de Alimentação	238	1,0
Total de 20 ocupações	17.487	70,8
Total	24.711	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Do total dos 26.503 desligamentos, observa-se que 18.179, isto é, 68,6%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados, conforme o Quadro 2. Observando-se as três ocupações com maior volume de desligamentos, nota-se que são as mesmas que apresentam maior volume de admissões. Estas ocupações representam, respectivamente, 15,1%, 7,4% e 4,8% do total de desligamentos. Portanto, são as ocupações que apresentam o maior volume total de movimentações.

Quadro 2 - Vinte ocupações com maior número de desligamentos, Pelotas, 2016.

CBO 2002 Família	Desligados	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	4.008	15,1
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos.	1.958	7,4
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	1.273	4,8
Ajudantes de Obras Civis	1.197	4,5
Alimentadores de Linhas de Produção	1.052	4,0
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	1.023	3,9
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	911	3,4
Operadores na Fabricação de Paes, Massas e Doces.	859	3,2
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommiêrs.	841	3,2
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	821	3,1
Porteiros, Guardas e Vigias.	664	2,5
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	654	2,5
Almoxarifes e Armazenistas	489	1,8
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	427	1,6
Cozinheiros	381	1,4
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	373	1,4
Receptionistas	366	1,4
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	345	1,3
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	285	1,1
Pintores de Obras e Revestidores de Interiores (Revestimentos Flexíveis)	252	1,0
Total de 20 Ocupações	18.179	68,6
Total	26.503	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

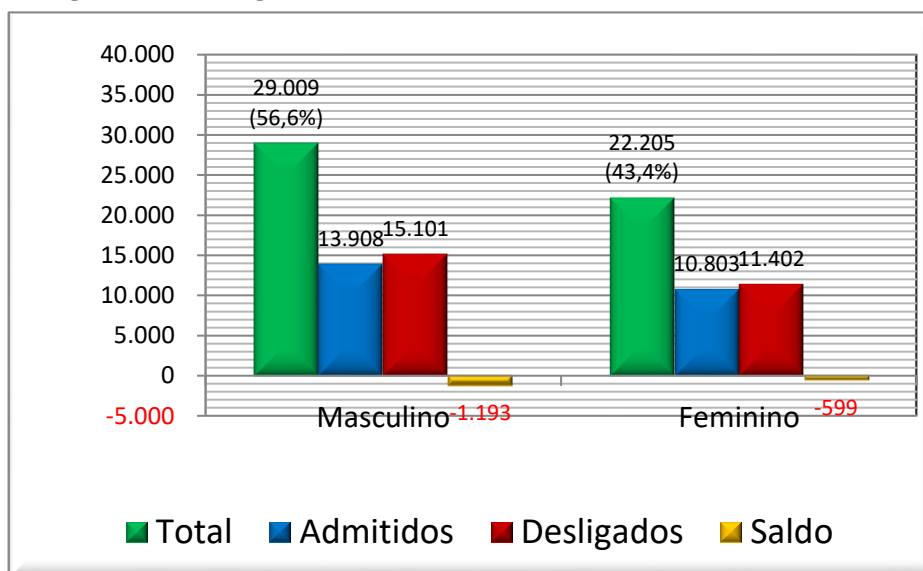
7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 12, observa-se que os homens (29.009) constituem a maioria dos vínculos movimentados, correspondendo a 56,6% do total. Já as mulheres representam 43,4% do total das movimentações, isto é, 22.205 vínculos empregatícios. Esses dados sugerem que os homens estão sendo mais movimentados, proporcionalmente, que as mulheres, uma vez que sua participação no estoque total de vínculos,

segundo a RAIS 2015, é menor, de 53,7%. Aparentemente, os homens estão mais sujeitos, portanto, à rotatividade no mercado de trabalho.

Os dados do Gráfico 12 permitem constatar, igualmente, que os homens também foram mais desligados, proporcionalmente, que as mulheres. Apesar de serem 56,6% do total dos vínculos movimentados, os homens constituem 66,6% do saldo negativo. Como consequência disso, a participação das mulheres no estoque sofre uma pequena elevação nesse período. Essa preferência por manter as mulheres nesta conjuntura de crise pode estar associada a uma estratégia empresarial de redução dos custos salariais, já que as mulheres têm médias salariais mais baixas que os homens, conforme veremos na seção seguinte.

Gráfico 12 - Perfil da movimentação do emprego formal, total, admitidos, desligados e saldo, segundo o sexo, Pelotas, 2016.

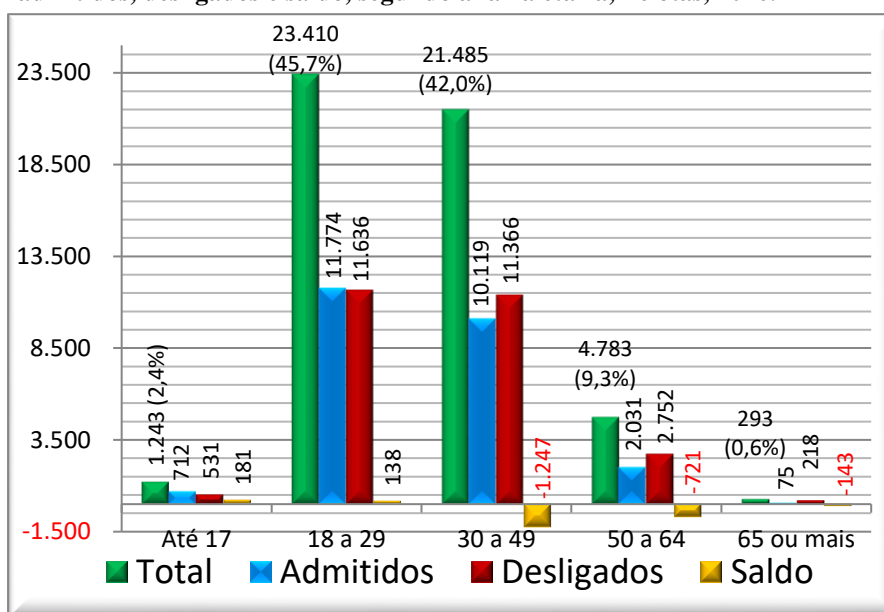


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se o perfil das movimentações segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 13, verifica-se que a maior parte dos empregados movimentados (23.410) está na faixa etária de 18 a 29 anos, correspondendo a 45,7% do total. A segunda categoria de idade com maior participação é a dos adultos de 30 a 49 anos de idade (21.485), com participação de 42,0% no total das movimentações. Os adultos de 50 a 64 anos de idade (4.783) têm uma participação bem menos expressiva, correspondendo a 9,3% do total. A participação dos menores até 17 anos de idade (1.243) e das pessoas de 65 anos ou mais de idade (293) é pouco significativa, de 2,4% e 0,6%, respectivamente. Vale ressaltar que a participação dos menores e dos jovens na movimentação total é maior que sua participação no estoque total de empregos, ocorrendo o contrário com as demais categorias de adultos. Esse dado sugere que os jovens são mais vulneráveis à rotatividade. No entanto, como se poderá verificar a seguir, os mais velhos têm sido mais sacrificados pelos desligamentos.

Analisando-se a participação das diversas categorias de idade no saldo, constata-se que os trabalhadores mais velhos são mais demitidos proporcionalmente que os mais jovens. Estes últimos, inclusive, apresentam saldos positivos, com mais admitidos que desligados, fazendo com que o saldo total seja menos negativo. Enfim, o saldo negativo do ano está todo concentrado nas categorias de trabalhadores de 30 anos ou mais de idade. O efeito desse quadro é o rejuvenescimento do estoque de trabalhadores no mercado formal de trabalho. Em momento de crise, essa preferência em manter os jovens também pode estar associada, como no caso das mulheres, a uma estratégia empresarial de redução dos custos salariais.

Gráfico 13 – Perfil da movimentação do emprego formal, total, admitidos, desligados e saldo, segundo a faixa etária, Pelotas, 2016.



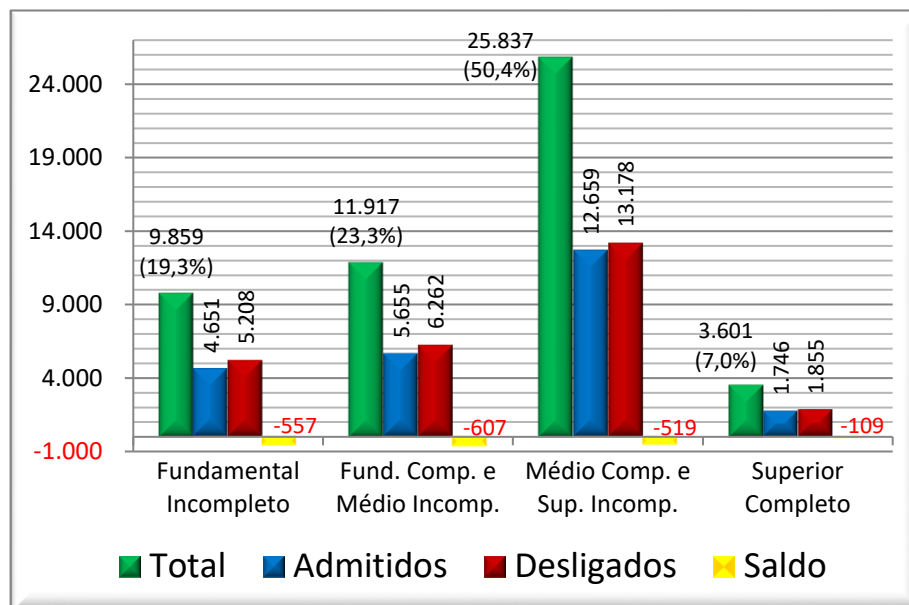
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se o perfil das movimentações segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 14, nota-se que a maior parte dos vínculos movimentados (25.837) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, correspondendo a 50,4% do total. Em seguida, os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (11.917) representam 23,3% do total da movimentação. Os empregados com ensino fundamental incompleto (9.859), isto é, que apresentam uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, representam 19,3% do total, uma participação significativa. Já os empregados que possuem ensino superior completo (3.601), ou seja, apresentam uma escolaridade elevada, perfazem apenas 7,0% do total de vínculos movimentados. Essa participação na movimentação está bem abaixo da participação dessa categoria no estoque total de empregos formais (RAIS), que é de 21,4%, o que significa que esses trabalhadores estão mais protegidos da rotatividade típica do mercado de trabalho brasileiro. Em

todas as demais categorias de idade, a participação na movimentação está acima da participação no estoque total.

Quando se analisa a participação das diversas categorias de grau de instrução no saldo de empregos, constata-se, mais uma vez, que são também os empregados com nível superior completo os menos afetados pelos desligamentos, pois representam apenas 6,1% do saldo negativo total, abaixo da participação no estoque total (21,4%) e na movimentação total (7,0%). Os empregados com médio completo e superior incompleto, apesar de terem uma participação na movimentação (50,4%) acima da participação no estoque total (45,9%), apresentam uma participação no saldo, de 29%, abaixo da participação na movimentação. As demais categorias com mais baixa escolaridade são as principais afetadas, proporcionalmente, pelas demissões. Somadas, elas perfazem 65% do saldo negativo, enquanto que representam 42,6% da movimentação e 32,6% do estoque total. Esses dados sugerem que os trabalhadores mais escolarizados estão sendo mais preservados nesse momento de crise, o que pode revelar a importância cada vez maior que os empregadores dão à escolaridade na gestão do trabalho, talvez acima mesmo do custo salarial.

Gráfico 14 - Perfil da movimentação total do emprego formal por grau de instrução, Pelotas, 2016.

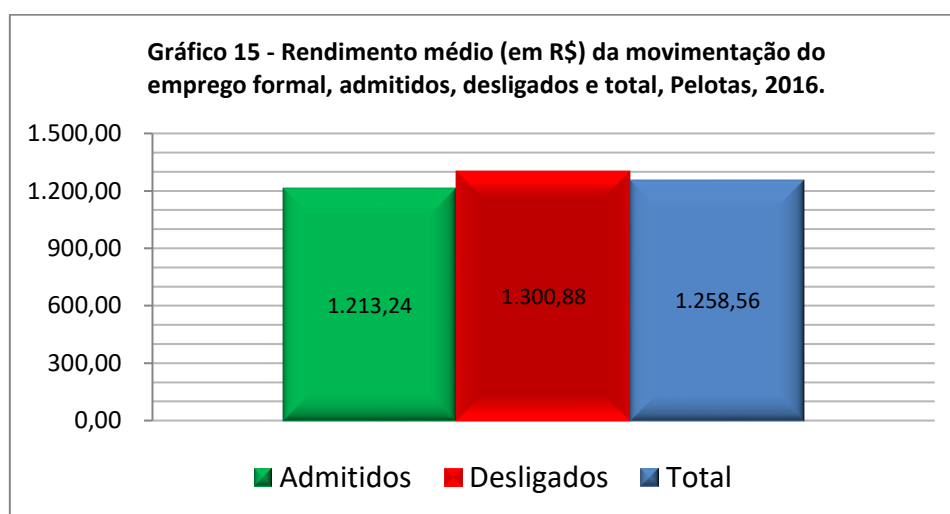


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL

8.1. Rendimentos médios nominais

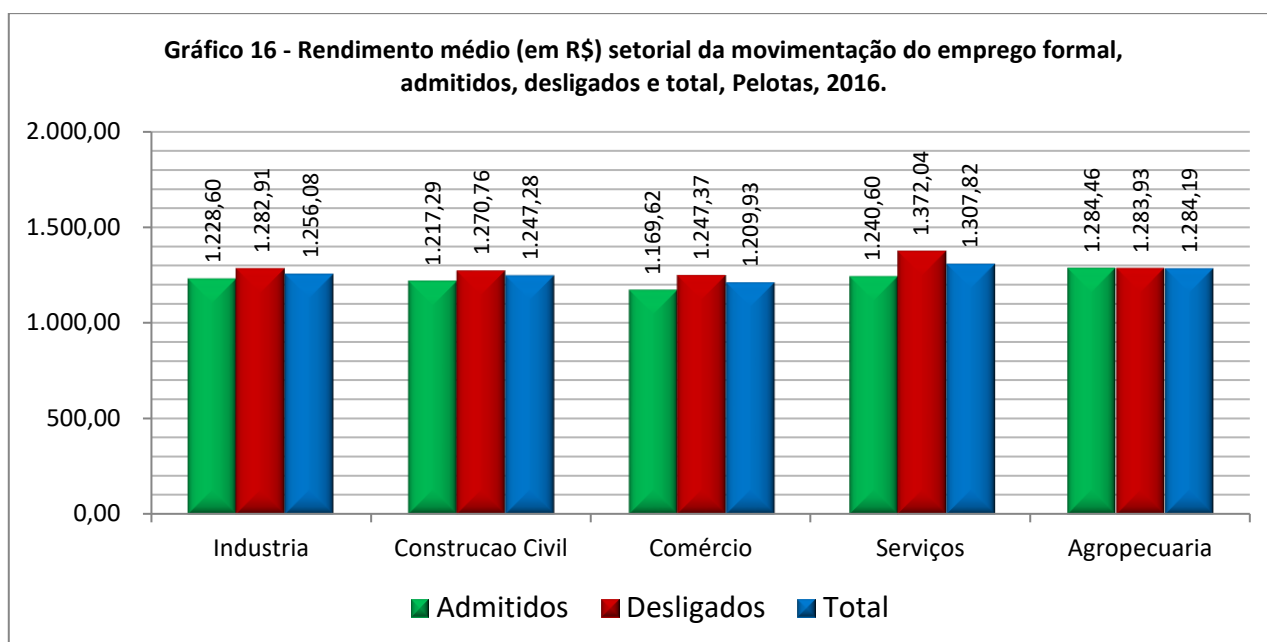
Analisando-se os rendimentos médios nominais em reais dos vínculos de emprego movimentados ao longo de 2016, em Pelotas, observa-se, conforme o Gráfico 15, que o rendimento médio do total das movimentações era de R\$ 1.258,56. Observa-se, igualmente, que o rendimento médio dos desligados, de R\$ 1.300,88, era mais alto que o rendimento dos admitidos, de R\$ 1.213,24. O rendimento médio dos admitidos corresponde a 93,3% do rendimento dos desligados.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8.2. Rendimentos médios por setores

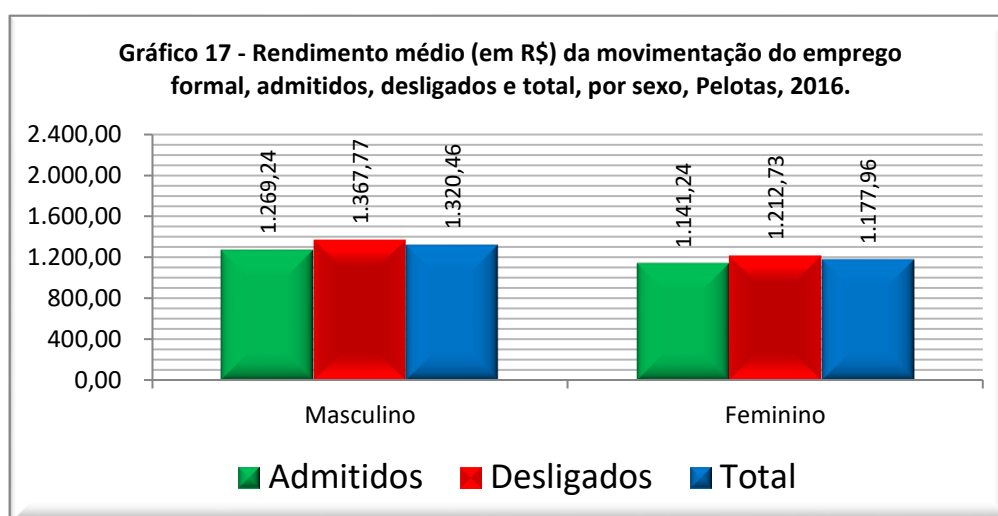
Observando-se os rendimentos médios por grande setor (IBGE) da atividade econômica, conforme o Gráfico 16, verifica-se que o maior rendimento é o do setor de serviços, de R\$ 1.307,82, e o menor é o do comércio, R\$ 1.209,93. Analisando-se a remuneração dos admitidos e desligados separadamente, constata-se que os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados. As maiores diferenças foram verificadas nos serviços e no comércio, onde o rendimento dos admitidos correspondeu a 90,4% e 93,8% do rendimento dos desligados, respectivamente. Já na indústria e na construção civil o rendimento médio dos admitidos corresponde a 95,8% do rendimento dos desligados. A agropecuária foi o único setor em que os rendimentos dos admitidos e desligados é praticamente o mesmo.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

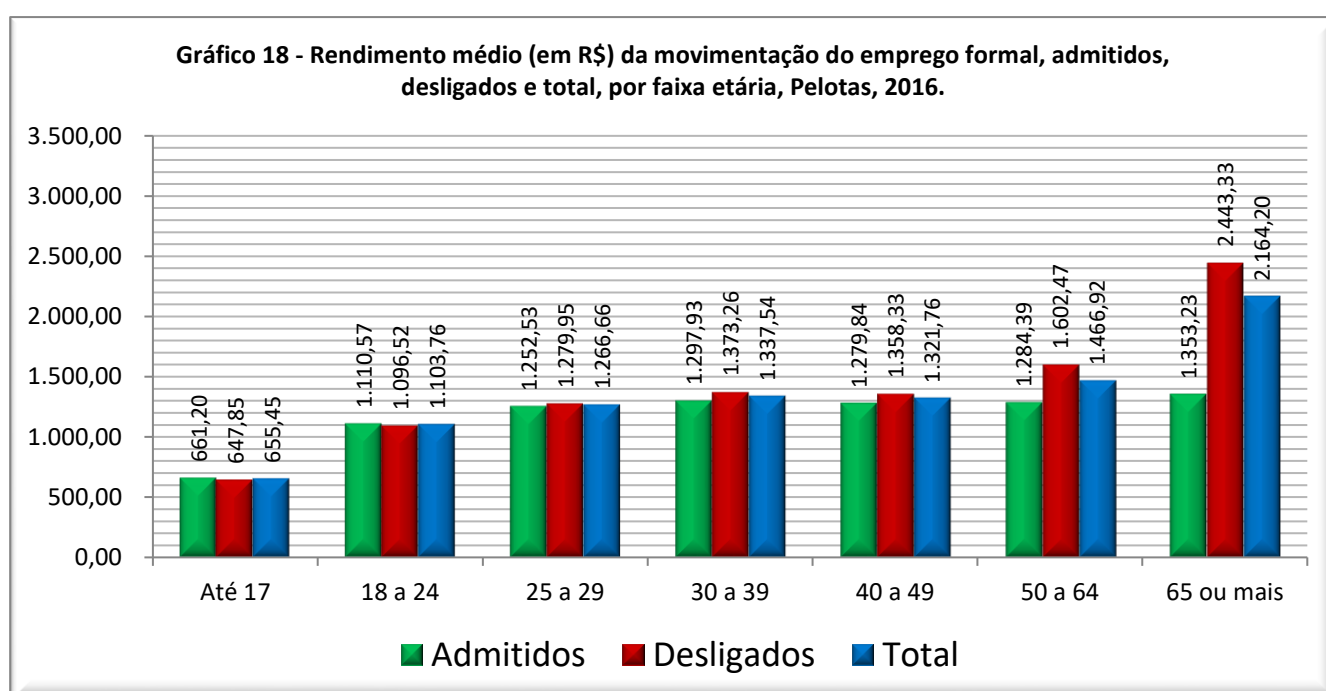
8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos

Analisando-se os rendimentos médios das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 17, nota-se que o rendimento masculino, de R\$ 1.320,46, é superior ao feminino, de R\$ 1.177,96. Assim, o rendimento médio feminino corresponde a 89,2% do rendimento médio masculino. Em ambos os sexos, o rendimento médio dos admitidos é inferior ao dos desligados. Os rendimentos médios masculinos são também superiores aos femininos tanto entre os admitidos quanto entre os desligados. Entre os admitidos, a remuneração média feminina correspondeu a 90% da remuneração masculina. Entre os desligados, essa diferença é maior, a remuneração média feminina correspondendo a 89% da remuneração masculina.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, conforme o Gráfico 18, nota-se que as remunerações crescem na medida em que a idade avança. Os menores de idade apresentam rendimento médio inferior ao salário mínimo, de R\$ 880,00, em 2016. Nas primeiras duas faixas etárias (Até 17 anos e de 18 a 24 anos de idade), as remunerações são inferiores à remuneração média total, de R\$ 1.258,56. A remuneração média da faixa até 17 anos representa apenas 52,1% da remuneração média total. Na faixa de 18 a 24 anos a remuneração média corresponde a 87,7% da média total dos rendimentos. A partir da faixa de 25 a 29 anos, os rendimentos superam crescentemente o rendimento médio total, chegando a representar 172% desse rendimento na faixa etária de 65 anos ou mais (R\$ 2.164,20).

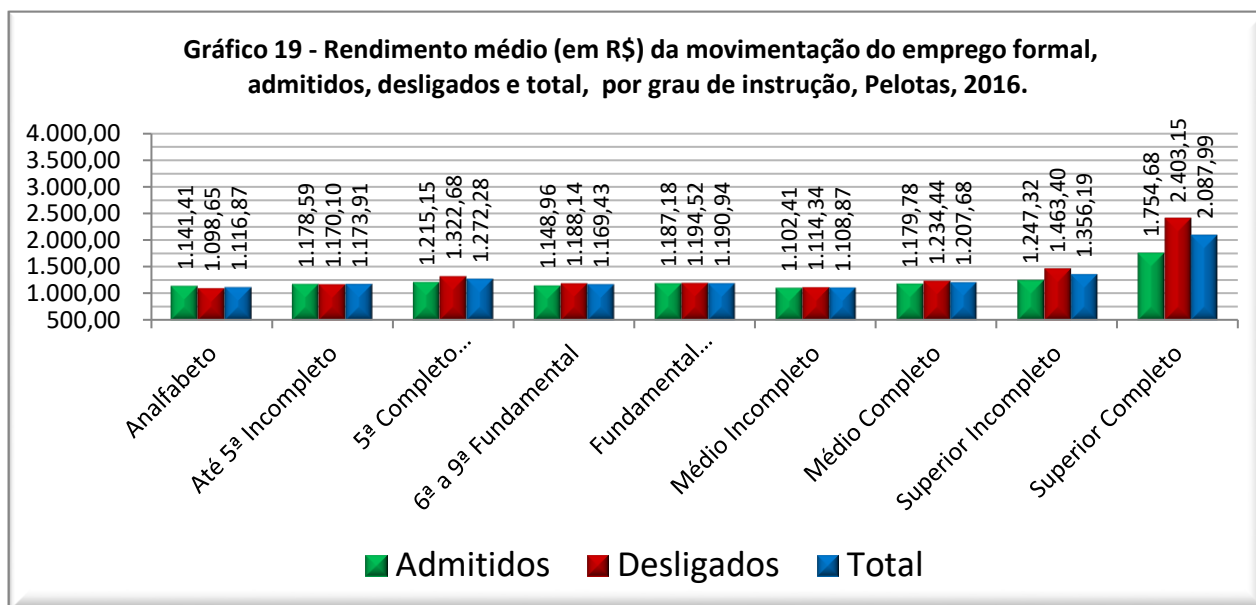


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observa-se, igualmente, que nas duas primeiras faixas etárias (até 17 anos e de 18 a 24), o rendimento médio dos admitidos é levemente superior ao dos desligados. Já nas faixas seguintes, os rendimentos dos admitidos são inferiores aos dos desligados, aumentando a diferença na medida em que aumenta a idade. Na faixa de 65 anos ou mais, o rendimento médio dos admitidos corresponde a apenas 55,4% do rendimento médio dos desligados.

Analisando-se os rendimentos médios segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 19, constata-se que os maiores rendimentos são dos empregados que possuem ensino superior completo, de R\$ 2.087,99. Esse rendimento corresponde a 165,9% do rendimento médio total. Trata-se de um patamar de rendimento que se encontra muito acima das demais categorias, quase todas situadas abaixo do rendimento médio total. Depois dos empregados com nível superior completo, apenas os que possuem o nível superior incompleto (R\$ 1.356,19) apresentam

rendimento médio acima da média total (R\$ 1.258,56). Vale notar que os empregados com 5º ano completo do ensino fundamental (R\$ 1.272,28), apresentam maior rendimento médio entre todas as categorias abaixo do nível superior incompleto, acima também dos empregados com nível médio completo (R\$ 1.207,68). De fato, as categorias com menor nível de escolaridade não apresentam necessariamente rendimentos mais baixos, configurando-se uma situação de irregularidade na relação entre escolaridade e rendimento, excetuando-se o caso dos empregados com nível superior completo, situados num patamar bem acima das demais categorias.



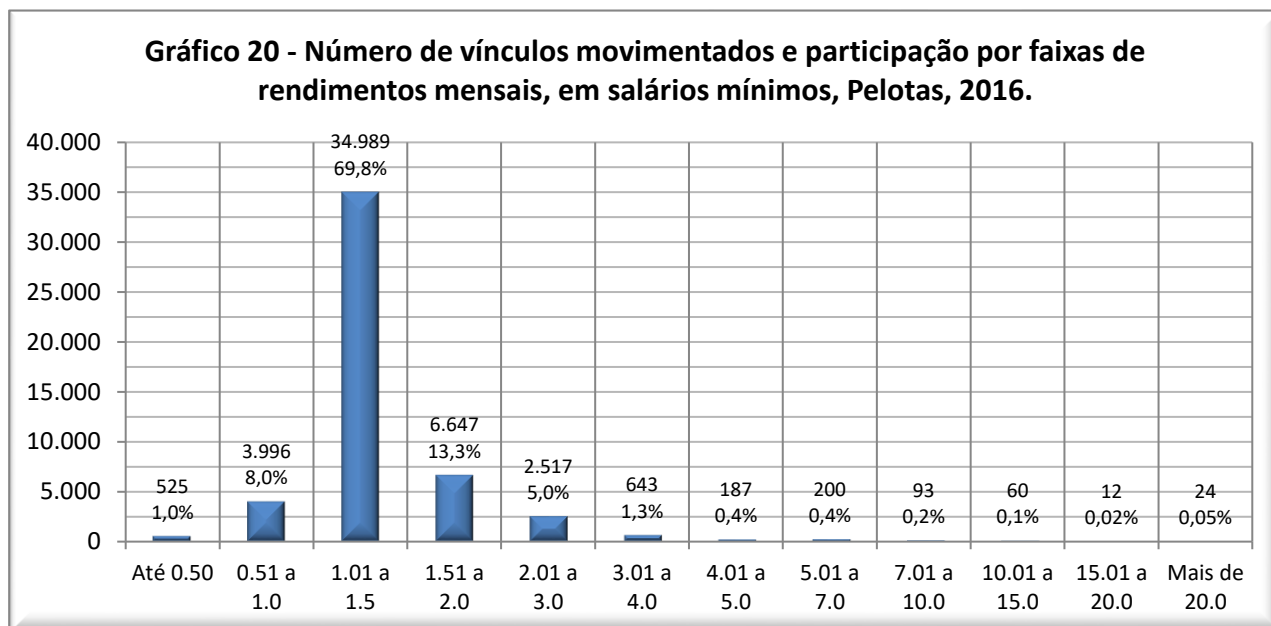
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Na grande maioria das categorias de escolaridade, o rendimento médio dos desligados é mais elevado que aquele dos admitidos, excetuando-se as duas categorias com menor nível de escolaridade que apresentam rendimentos médios dos admitidos superiores aos dos desligados. Nas categorias com rendimentos mais elevados, a diferença entre os rendimentos dos admitidos e desligados são maiores, destacando-se o caso dos empregados com nível superior completo. Entre estes, o rendimento médio dos admitidos corresponde a apenas 73% do rendimento dos desligados.

8.4. Faixas de rendimento das movimentações

Analisando-se os vínculos movimentados por faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 20, constata-se uma forte concentração dos mesmos nas faixas de rendimento mais baixas. Do total de vínculos movimentados, 69,8% concentram-se na faixa de 1.01 a 1.5 salários mínimos. Até 2.0 salários mínimos, atinge-se 92,1% dos vínculos movimentados. A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se

bastante baixa. Apenas 2,4% do total de vínculos recebem acima de 3 salários mínimos e acima de 5 salário mínimos essa participação cai para 0,8%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

CONCLUSÕES

A análise dos dados apresentados ao longo deste Relatório conduz à proposição de duas ordens principais de conclusões. Uma primeira, de natureza mais estrutural e referindo-se a um período mais longo de desenvolvimento do mercado de trabalho local (primeiros quatorze anos dos anos 2000, aproximadamente), e uma segunda, de natureza mais conjuntural, referindo-se às mudanças mais recentes, de curto prazo (últimos anos, especialmente aos anos de 2015 e 2016).

A análise dos dados e indicadores estruturais, tanto dos censos demográficos (IBGE) como da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), revelam, em nível local, as mesmas tendências observadas em nível nacional, isto é, de “desprecarização” dos principais indicadores de mercado de trabalho. No período de 2000 a 2010 (e até 2014, aproximadamente), observa-se uma forte expansão da ocupação (+18,8%), sobretudo do emprego formal protegido (+35,4%), bem como uma forte redução do número de desempregados (-53,5%) e das taxas de desemprego, acompanhados de uma estabilização das ocupações informais (+0,4%). Vale salientar que essa dinâmica positiva se efetiva no contexto de uma economia local centrada nos serviços que representam $\frac{3}{4}$ do produto interno bruto municipal. Neste sentido, a indústria respondia por apenas 11,9% do PIB municipal, em 2014.

Considerando-se, igualmente, que neste período houve uma importante valorização real do salário mínimo, pode-se concluir que, do ponto de vista do mercado de trabalho, ocorreu um importante processo de inclusão e integração social dos trabalhadores, provavelmente com efeitos positivos sobre o nível de consumo e a arrecadação do município. Apesar disso, sinais de vulnerabilidade e desigualdade no mercado de trabalho são ainda muitos marcantes nesse período. Persistem elevados níveis de informalidade, que afetam, aproximadamente, 33,6% da população ativa de Pelotas, e importante vulnerabilidade de parcelas da população ocupada, como menores, jovens e mulheres, cujas taxas de desemprego estão bem acima da média. Além disso, os dados revelam uma significativa participação dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e dos trabalhadores não remunerados no mercado de trabalho local, categorias que, tradicionalmente, apresentam elevada informalidade.

Esse período virtuoso de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, considerando-se o conjunto dos dados agregados, dura até 2014, quando os sinais mais evidentes de crise atingem o mercado de trabalho no Brasil e em Pelotas. De 2010 a 2014, o estoque de empregos formais crescera 14,3%, segundo a RAIS. Essa situação, porém, não é homogênea, uma vez que em alguns setores específicos, como na indústria, na construção civil e na agricultura, já apresentavam-se

saldos negativos de emprego antes de 2014. A indústria é exemplar nesse caso, pois o emprego no setor reduziu-se em 20,9% no período de 2013 a 2015, tendo sido perdidos 2.575 vínculos formais de emprego, segundo a RAIS. Do total de vínculos de emprego destruídos em 2015, 2.995, a indústria representava 41,5%. Logo, a crise do emprego atinge centralmente esse setor de atividade no município de Pelotas, mesmo considerando que sua participação na estrutura do emprego formal fosse apenas de 12,7%, em 2015.

Proporcionalmente, o impacto da crise sobre o comércio e os serviços mostra-se menor, uma vez que esses setores, apesar de responderem por 76,5% do produto interno bruto (em 2014) e por 81,3% dos empregos formais (em 2015, segundo a RAIS), responderam por apenas 36,6% do saldo negativo do emprego neste último ano (RAIS). Já em 2016, segundo dados do CAGED, esses mesmos dois setores, que respondem por 78,5% do estoque de empregos celetistas e por 68,9% do total da movimentação, respondem por 59,3% do saldo negativo daquele ano.

Esses dados sugerem que, em diferentes setores, a dinâmica de geração e destruição de empregos apresenta ritmos e tendências diferentes. Trata-se de um aspecto que merece aprofundamento analítico, sobretudo em sua abrangência local, na medida em que isso pode ter importantes consequências na formulação de políticas públicas de desenvolvimento e de geração de emprego e renda. Considera-se igualmente importante esse monitoramento setorial do emprego no município na medida em que o mesmo permitirá acompanhar mais profundamente as peculiaridades da dinâmica econômica local, suas atividades tradicionais, seus arranjos produtivos, bem como políticas de fomento.

Vale salientar ainda que os dados sobre ocupações mais movimentadas revelam a tendência, sublinhada acima, de concentração das atividades econômicas no comércio e serviços, além de ocorrerem em ocupações que apresentam baixo nível de qualificação. Um aprofundamento analítico sobre essa dimensão pode ter um importante efeito na definição de políticas de formação e qualificação profissional, bem como no aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra em nível local.

Finalmente, vale salientar que os dados sobre perfil dos vínculos e rendimentos revelam importantes desigualdades no mercado de trabalho local. Por um lado, é importante registrar que a crise econômica recente tem acelerado o desligamento de trabalhadores mais idosos, de homens e de trabalhadores menos escolarizados, o que pode estar associado, pelo menos em parte, à tentativa das empresas de reduzir custos salariais, mantendo preferencialmente em seus quadros jovens e mulheres, categorias que apresentam médias salariais mais baixas. A manutenção dos trabalhadores mais escolarizados pode estar associada, por sua vez, a outros fatores como à valorização da

formação escolar e da produtividade em um contexto profissional de aumento da necessidade dos trabalhadores lidarem com fluxos de informações, uso de novas tecnologias, atividades relacionais, etc., mesmo em ocupações mais simples.

Por outro lado, os dados sobre rendimento revelam que as movimentações se concentram nos vínculos e ocupações que apresentam níveis de rendimento mais baixos, o que expressa uma tendência geral do mercado formal de trabalho no Brasil que apresenta baixos níveis salariais. Em contexto de crise, esse processo tende a se acelerar, como mostram os dados deste Relatório, na medida em que as médias salariais dos trabalhadores admitidos é mais baixa que a média salarial dos trabalhadores desligados. Trata-se, também este, provavelmente, de um importante mecanismo de redução de custos salariais, o que torna a rotatividade, traço característicos do mercado de trabalho brasileiro, uma importante ferramenta de redução de custos, mas com consequências negativas, para empregadores e empregados, em termos de preservação e ampliação das qualificações e competências profissionais.

Os dados revelam que as desigualdades salariais expressam-se, ainda, de maneira marcante quando se trata de sexo, idade e escolaridade, na medida em que homens, trabalhadores mais idosos e trabalhadores com nível superior de escolaridade apresentam médias salariais bem mais elevadas que as demais categorias. As desigualdades setoriais se mostraram menos expressivas, o que revela a necessidade de aprofundar a análise a partir de dados menos agregados, uma vez que a agregação em grandes setores da atividade econômica pode esconder, de fato, desigualdades certamente significativas no mercado de trabalho em termos intrassetoriais.

Cabe sublinhar, finalmente, que as conclusões apresentadas neste Relatório possuem, ainda, um caráter inicial e exploratório, exigindo o aprofundamento analítico sobre vários pontos abordados e a ampliação da análise sobre aspectos não tratados. Trata-se, antes de mais nada, de um ponto de partida inicial para novas pesquisas e análises, bem como para o debate público e o diálogo com as políticas públicas e seus gestores.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal ao Ministério do Trabalho (MTb) prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste boletim levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 04 de abril de 2017. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPeI

Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Subcoordenador do Acordo de Cooperação UFPeI/MTb: Hilbert David de Oliveira Sousa

Bolsistas de Extensão: Agnes Martha da Silva e Franciely Costa Braga

Supervisoras em Pesquisa e Extensão: Ana Cristina Porto Fabres e Rafaella Egues da Rosa

Portal na internet: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial>

Fones: (53) 3284-5545 ou 99147-8158

E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com